



*2018*

Carta Anual  
de Políticas  
Públicas e  
Governança  
Corporativa

Exercício 2017



## Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa (Carta Anual)

Em conformidade com o art. 8º, inciso I e VIII, da Lei 13.303/16, o Conselho de Administração do Banco do Nordeste subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício social de 2017.

### IDENTIFICAÇÃO GERAL

<b>CNPJ</b>	07.237.373/0001-20
<b>Sede</b>	Fortaleza/Ceará
<b>Tipo de Estatal</b>	Sociedade de Economia Mista
<b>Acionista Controlador</b>	União, por meio do Tesouro Nacional
<b>Tipo Societário</b>	Sociedade Anônima
<b>Tipo de Capital</b>	Aberto
<b>Abrangência de Atuação</b>	Regional
<b>Setor de Atuação</b>	Financeiro
<b>Diretor Financeiro</b>	Claudio Luiz Freire Lima( <i>em exercício</i> )
<b>Auditores Independentes atuais da empresa</b>	<i>Ernst &amp; Young Auditores Independentes S/S</i> Nome: Eduardo Wellichen <i>Email:</i> <a href="mailto:eduardo.wellichen@br.ey.com">eduardo.wellichen@br.ey.com</a> Tel: (11) 2573-3293
<b>Conselheiros de Administração</b>	Jeferson Luis Bittencourt
<b>subscritores da Carta Anual</b>	Romildo Carneiro Rolim
	Ricardo Soriano de Alencar
	Júlio Alexandre Menezes da Silva
	José Lucenildo Parente Pimentel
	Alan Gutierri Brasileiro de Sousa
<b>Administradores subscritores da Carta Anual</b>	Romildo Carneiro Rolim
	Cargo: Presidente
	Claudio Luiz Freire Lima
	Cargo: Diretor Financeiro ( <i>em exercício</i> )

## Índice

## 1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei nº 1.649/52, sendo uma sociedade de economia mista de capital aberto com 51% do seu capital sob o controle direto da União Federal. Está sediado na cidade de Fortaleza-CE. A área de atuação do Banco compreende a toda a região Nordeste e mais o norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo e abrange 1.990 municípios, onde atua por meio de 462 unidades de microcrédito e 292 agências, no total de 754 pontos de atendimento até 31/12/2017.

Compete ao BNB:

- ✓ Exercer as atribuições conferidas no Decreto-Lei nº 1.376/74, e na Lei nº 7.827/89;
- ✓ Administrar o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE;
- ✓ Ser Agente operador, financeiro e administrador da carteira de títulos do Fundo de Investimentos do Nordeste – Finor;
- ✓ Ser Agente de crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
- ✓ Ser Operador do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. O Banco atende empresas de todos os portes e atividades produtivas (rural, industrial, infraestrutura comercial e serviços), bem como microfinanças com os programas Crediamigo (microcrédito urbano) e Agroamigo (microcrédito rural). Contempla, também, em seu *portfólio* de clientes os segmentos Pessoa Física e Governo, este último para atender instituições do setor público da administração pública direta e indireta.

Mais informações acerca das Atividades Desenvolvidas podem ser consultadas na Seção 07 do *Formulário de Referência*<sup>1</sup> do Banco do Nordeste.

## 2. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

O interesse público do Banco do Nordeste pode ser visualizado por meio de sua **Missão**: “Atuar como o Banco de desenvolvimento da região Nordeste”. E **Visão**: “Ser o banco preferido do Nordeste, reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região”.

Por atuar em áreas de grande carência econômica, como o semiárido, a ação do Banco está focada na busca de soluções das grandes questões de desenvolvimento regional, na transformação do Nordeste e sua participação mais efetiva no cenário socioeconômico nacional. Estes são os maiores desafios e principais alvos das políticas do Banco. O BNB atua na ampliação de oportunidades, fortalece os agentes produtivos, produz impactos de interesse da sociedade nordestina, gera empregos, proporciona melhoria da renda das famílias, promove a inclusão social e financeira.

---

<sup>1</sup>O Banco do Nordeste do Nordeste do Brasil, em cumprimento ao disposto na Instrução CVM 480/09, elabora o seu Formulário de Referência, que é um documento eletrônico e representa um conjunto de informações que retrata de modo preciso e completo, dentre outros aspectos a situação econômico-financeira e os riscos inerentes às suas atividades. O Formulário de Referência está disponível nos sítios do Banco e da CVM, nesta Carta Anual será feita indicação ao Formulário sempre que a informação lá contida for mais completa e adequada.

## **2.1 O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**

Criado em 1988 (artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição da República Federativa do Brasil e artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e regulamentado em 1989 (Lei nº 7.827/89), o FNE é o principal instrumento de política pública federal operado pelo Banco do Nordeste e objetiva contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio da execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o plano regional de desenvolvimento, possibilitando, assim, a redução da pobreza e das desigualdades.

Provido de recursos federais, o FNE financia investimentos de longo prazo, capital de giro e custeio. Os recursos do Fundo representam ingressos adicionais para o Nordeste, mas não substituem outros fluxos financeiros do Governo Federal, de órgãos repassadores ou do próprio BNB. O FNE é operacionalizado em respeito às diretrizes legais, tais como: destinação de pelo menos metade dos ingressos de recursos para o semiárido; ação integrada com as instituições federais sediadas na Região; tratamento preferencial aos mini, micro e pequenos empreendedores; preservação do meio ambiente; conjugação do crédito com a assistência técnica; democratização do acesso ao crédito e apoio às atividades inovadoras.

## **3. POLÍTICAS PÚBLICAS**

Além da operacionalização e gestão do FNE e de ser também operador do FINOR e do FDNE, o Banco do Nordeste se destaca por meio de sua atuação no Plano Plurianual, especialmente em programas de microcrédito produtivo orientado e no fomento à pesquisa e inovação.

### **3.1 Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas**

O artigo 165 da Constituição Federal prevê o Plano Plurianual - PPA, que é o instrumento de planejamento que estabelece diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal. O PPA visa, em resumo:

- ✓ Viabilizar a implementação e a gestão de políticas públicas;
- ✓ Convergir a dimensão estratégica da ação governamental;
- ✓ Orientar a definição de prioridades; e,
- ✓ Auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

O Banco do Nordeste está inserido no PPA como agente executor de políticas públicas governamentais, atuando por meio da aplicação de fundos governamentais e/ou recursos próprios. A sua política de atuação está alinhada aos Programas, Objetivos e Metas previamente definidos pelo Ministério do Planejamento e pelos Órgãos Setoriais (OS) - ministérios executores das políticas públicas.

A Estratégia Corporativa e de Aplicação de Recursos do Banco do Nordeste mantém coerência com os direcionamentos das iniciativas governamentais e ações de investimento que compõem o PPA. A seguir é demonstrada a participação do BNB no PPA no exercício de 2017:

### QUADRO 1 Iniciativas do Banco do Nordeste no PPA 2017 (R\$ mil)

INICIATIVA	META	EXECUÇÃO	%
00G5 - Concessão de crédito para agricultores familiares	2.700.000	2.855.621	105,76
003Y - Incremento do volume de operações de financiamento à exportação	630.300	1.017.936	161,50
005J - Financiamento reembolsável à inovação nos empreendimentos localizados na sua área de atuação	144.000	47.300	32,85
005N - Financiamento à implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos do setor turístico.	210.000	215.587	102,66
005P - Apoio creditício às micro e pequenas empresas e empreendedores individuais da região Nordeste, norte de MG e norte do ES.	2.475.000	2.402.554	97,07
008G-Financiamento à indústria.	700.000	921.984	131,71
00L0-Financiamento ao comércio e serviços.	5.880.000	4.824.409	82,05
OOFV- Concessão de financiamento em 1º Piso, buscando atender diretamente os micronegócios, assessorando também os microempreendedores populares.	8.200.000	8.052.269	98,20
000L - Concessão de crédito aos produtores rurais (pessoa física e jurídica) pelo Banco do Nordeste do Brasil, abrangendo recursos direcionados do FNE.	3.150.000	3.267.768	103,74

Fonte: Diretoria de Planejamento – Banco do Nordeste (2017)

### 3.2 Agroamigo

O Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste e objetiva melhorar o perfil social e econômico do agricultor familiar de sua área de atuação. Opera, nas comunidades rurais, por meio dos Agentes de Microcrédito e atende, de forma pioneira no Brasil, milhares de agricultores familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com exceção dos grupos A e A/C. A metodologia aplicada impulsiona a sustentabilidade dos empreendimentos rurais, a equidade de gênero no campo, a inclusão financeira dos agricultores familiares e a redução de desigualdades.

O Agroamigo está alinhado aos desafios internacionais a que o Banco do Nordeste aderiu na qualidade de instituição propulsora do desenvolvimento da Região, definidos como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do Programa das *Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD):

- ✓ [01] Erradicação da Pobreza;
- ✓ [02] Fome Zero e Agricultura Sustentável;
- ✓ [05] Igualdade de Gênero;
- ✓ [08] Trabalho decente e Crescimento Econômico;
- ✓ [10] Redução das Desigualdades; e,
- ✓ [12] Consumo e Produção Responsáveis.

### 3.3 Crediamigo

O Crediamigo é o maior Programa de Microcrédito Produtivo Orientado da América do Sul, que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores pertencentes aos setores informal ou formal da economia. Faz parte do Crescer - *Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal* - uma das estratégias do *Plano Brasil Sem Miséria* para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre. Associado ao crédito, oferece aos empreendedores

acompanhamento e orientação para melhor aplicação do recurso, integrando-os de forma competitiva ao mercado. Além disso, o Crediamigo impulsiona a bancarização de seus clientes, sem a cobrança de taxas nas contas correntes.

#### 4 IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para atender aos 1.990 municípios de sua área de atuação (35,7% dos municípios do Brasil), o Banco do Nordeste conta com uma rede de 292 agências. O BNB impacta positivamente sua área de atuação e possui *marketshare* de 62,6% nos financiamentos de longo prazo e de 64,7% no crédito rural. A Tabela 1, a seguir, apresenta as agências do Banco por Estado com suas respectivas participações nos financiamentos.

**Tabela 1 Participação do Banco do Nordeste na rede bancária e financiamento - 2017**

Unidades geográficas UF	Agências bancárias		Participação rede bancária(%)	Participação financiamentos <sup>2</sup>	
	Total	Banco do Nordeste		Longo prazo <sup>3</sup>	Crédito rural
Alagoas	178	17	8,7%	72,8%	73,5%
Bahia	968	59	5,7%	51,6%	53,7%
Ceará	436	45	9,4%	76,6%	88,4%
Espírito Santo <sup>1</sup>	85	5	5,6%	26,1%	15,8%
Maranhão	304	29	8,7%	62,6%	62,3%
Minas Gerais <sup>1</sup>	185	19	9,3%	54,7%	42,4%
Paraíba	209	20	8,7%	80,0%	87,5%
Pernambuco	545	40	6,8%	67,1%	75,4%
Piauí	149	20	11,8%	69,5%	83,0%
Rio Grande do Norte	178	21	10,6%	74,2%	86,5%
Sergipe	191	17	8,2%	71,9%	67,3%
<b>Total</b>	<b>3.428</b>	<b>292</b>	<b>8,5%</b>	<b>62,6%</b>	<b>64,7%</b>

Fonte: Dados- Sisbacen – Banco Central / Elaboração: Superintendência de *Marketing* e Comunicação – Banco do Nordeste (2017)

Notas: (1) Norte do ES (28 municípios) e de MG (168). (2) Contempla bancos comerciais e bancos múltiplos com carteira comercial. Os financiamentos do FNE foram acrescidos aos dados do Sisbacen; (3) Inclui financiamentos rurais e agroindustriais (crédito rural).

##### 4.1 Resultados FNE 2017

Baseado na Programação Anual do FNE, o Banco do Nordeste contratou financiamentos em 2017 no montante de R\$ 3,65 bilhões para projetos de Infraestrutura e R\$ 12,32 bilhões para os setores Rural, Industrial, Agroindustrial, de Turismo e Comércio e Serviços, totalizando R\$ 15,97 bilhões no ano.

##### Distribuição setorial

Relativamente à distribuição setorial do FNE em 2017, se destaca o volume de recursos contratados no setor Rural (soma de agricultura e pecuária, inclusive agricultura familiar) e Comércio e Serviços, que mobilizaram 70% do volume de financiamentos, observa-se também significativo volume de contratações em Infraestrutura (22,8%).

**Tabela 2 - FNE: Contratações por Setor Econômico (R\$ milhões)**

Setor	2016		2017		2017/2016 (%)
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	
Rural	508.757	6.067,70	549.166	6.358,9	4,8
Comércio e Serviços	25.963	2960,8	29.616	4.824,0	62,9
Industrial	3.230	1468,6	3.450	922,0	-37,2
Turismo	571	345,8	592	216,0	-37,7
Infraestrutura	2	397,6	43	3.650,0	818,0
<b>Total</b>	<b>538.523</b>	<b>11.240,5</b>	<b>582.867</b>	<b>15.970,9</b>	<b>42,1</b>

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento (2017).

Destaques: volume financiado no Pronaf atingiu R\$ 2,85 bilhões, as contratações relativas à pecuária registraram aumento de 15,8% em relação ao valor contratado em 2016. O setor com o terceiro maior volume de recursos em 2017, Infraestrutura foi o que registrou crescimento mais expressivo em relação a 2016, passando de R\$ 396,6 milhões para R\$ 3,65 bilhões em 2017, motivado pela reabertura de financiamentos com recursos do FNE para geração de energia.

## Desconcentração espacial

Em 2017, foram destaque os resultados expressivos no apoio aos menores portes (65% do total aplicado), aplicação de crédito em todos os 1.990 municípios da área de abrangência do Fundo, bem como o financiamento de R\$ 4,7 bilhões para empreendimentos do Semiárido. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) preconiza o apoio a subespaços regionais, objetivando a redução das desigualdades regionais e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento. Os financiamentos às microrregiões prioritárias (Baixa Renda, Estagnada, Dinâmica), subespaços também previstos na PNDR, atingiram R\$ 9,8 bilhões, cerca de 80% dos financiamentos anuais do FNE, exceto Infraestrutura; enquanto as Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides) registraram contratações de R\$ 464,2 milhões.

## 4.2 Resultados Agroamigo

O Agroamigo atende os agricultores familiares por meio de duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Pronaf Grupo B e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf, em operações de até R\$ 15 mil, exceto Grupos A e A/C. Em 2017, foram financiados R\$ 2,32 bilhões, com a contratação de 518,7 mil operações pelo Agroamigo, o que representa um crescimento de 17,7% em relação aos valores contratados em 2016. O Agroamigo atingiu uma carteira ativa de R\$ 4,1 bilhões e mais de 1,36 milhão de operações.

## 4.3 Resultados Crediamigo

No segmento de microfinança urbana, por meio do Programa Crediamigo, foram desembolsados R\$ 8,05 bilhões em 2017. A quantidade de desembolsos alcançou 4,03 milhões de operações. O Crediamigo possuía, ao final de 2017, mais de dois milhões de clientes com empréstimos ativos. A capacidade operacional do Crediamigo apresentou a média de 16 mil desembolsos ao dia. A



inadimplência, representada pelos empréstimos em atraso superiores a 90 dias em relação à carteira ativa, situou-se em 1,56%.

#### **4.4 Apoio a Outras Avaliações**

O BNB buscará também apoiar os trabalhos de avaliação de impactos que venham a ser desenvolvidos em nível de Superintendência de Desenvolvimento Regional, mediante a disponibilização de dados e informações que contribuam para referidas avaliações.

### **5 RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Os recursos do FNE se originam anualmente, segundo a legislação pertinente (Art. 6º da Lei 7.827/89), do percentual de 1,8% incidente sobre a arrecadação do Imposto de Renda (IR) e Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e se retroalimenta, principalmente, pelos retornos e resultados de suas aplicações, e também pelo resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados.

A Programação de aplicação do FNE para 2018 tem montante projetado de **R\$ 30 bilhões**, sendo R\$14,8 bi na programação padrão, R\$ 14,5bi em infraestrutura e R\$ 700 milhões para o FIES. A Programação considera as potencialidades e oportunidades de investimentos identificadas conjuntamente com os órgãos governamentais e as entidades públicas e privadas, bem como a distribuição histórica das aplicações do FNE e o marco regulatório dos fundos constitucionais.

#### **Projetos de Infraestrutura**

Assim como em 2017, o Plano de Aplicação do FNE para 2018 contempla projeção específica para projetos de infraestrutura, para esse ano no valor de **R\$ 14,5 bilhões**, ratificando o apoio à retomada da atividade econômica regional.

#### **Programa de Financiamento Estudantil – FIES**

O Plano de Aplicação do FNE para 2018 contempla projeção de **R\$ 700 milhões** para o Programa de Financiamento Estudantil - FIES, conforme estimativa elaborada pelo Ministério da Educação.

Mais informações acerca da Programação do FNE podem ser consultadas no *link*:

[https://www.bnb.gov.br/documents/80786/208762/Programacao\\_FNE\\_2018.pdf/d4786e4f-f939-a250-c19e-cae23a7bdb33](https://www.bnb.gov.br/documents/80786/208762/Programacao_FNE_2018.pdf/d4786e4f-f939-a250-c19e-cae23a7bdb33)

### **6 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO**

A Estrutura de Controles Internos do Banco do Nordeste está organizada de acordo com os cinco componentes do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO*, que prevê ambiente de controle, avaliação de risco, atividades de controle, informação e comunicação e atividades de monitoramento; além da orientação de linhas de defesa.

Os pilares são: as boas práticas de governança corporativa; a integridade das pessoas e seus valores éticos; compromisso de seus empregados em atuar com o foco nos objetivos empresariais e transparência; estrutura organizacional que garanta a segregação de funções e que possibilite a adequada delegação de autoridade e de atribuições; e das políticas e práticas de gestão de riscos, conformidade (*compliance*) e segurança da informação.

Os objetivos são: a) manter os riscos inerentes aos processos, produtos, serviços e sistemas do Banco, dentro dos limites das políticas de gestão de riscos vigentes; b) testar e avaliar a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicáveis, aos códigos de ética e de conduta; c) monitorar o fluxo de informações para garantir a consistência na tomada de decisão e da prestação de contas; e d) contribuir para a otimização dos resultados empresariais.

Mais informações acerca das Estruturas de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos podem ser encontradas na Seção 5 do Formulário de Referência.

## **7 FATORES DE RISCO**

Informações detalhadas sobre Fatores de Risco do Banco do Nordeste podem ser consultadas na Seção 04 do Formulário de Referência.

## **8 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO**

As demonstrações contábeis do Banco do Nordeste relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017 foram auditadas na data de encerramento dos exercícios sociais.

Mais informações acerca dos dados econômico-financeiros do Banco do Nordeste podem ser consultadas na seção 3 do Formulário de Referência.

### **8.1 Comentários sobre o Desempenho e Outros fatores que influenciaram o desempenho operacional**

Na seção 10 do Formulário de Referência encontra-se a análise das condições financeiras, patrimoniais, os resultados operacional e financeiro do Banco, tendo por base as Demonstrações Contábeis. É realizada a análise de atendimento das metas e resultados, da execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo – relacionada aos anos de 2015, 2016 e 2017 – destacando-se, também, os investimentos realizados e os novos produtos e serviços.

## **9 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA**

O Banco do Nordeste (BNB), enquanto instituição financeira múltipla criada por lei federal, é submetido à supervisão e regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN) e à fiscalização por parte da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Como integrante da Administração Pública Federal Indireta, presta contas ao Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU). Além disso, como operador do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), submete-se a regulamentação do Ministério da Integração Nacional e da SUDENE.

A Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração, auxiliado pelo Comitê de Auditoria e pela Auditoria Interna, juntamente com o Conselho Fiscal, constituem a esfera superior da Governança do Banco do Nordeste. No plano diretivo, o Diretor de Controle e Risco é o responsável perante a autoridade monetária nacional, pela gestão de riscos e de controles internos. Além da Alta Governança e das três camadas de conformidade, o Comitê de Integridade e Ética do Banco do Nordeste auxilia e apoia a Alta Governança propondo Políticas ou ações necessárias ao aprimoramento dos mecanismos de integridade, governança, controles internos e de conformidade. A estrutura integrada de gerenciamento de riscos e controles internos no BNB está presente em todos os níveis da Instituição e é exercida pelas 03 (três) linhas de defesa, conforme abaixo:

**1.1. 1ª Linha de defesa** - realizada pelos gestores das unidades e responsáveis diretos pelos processos: contempla as funções que gerenciam e têm a responsabilidade sobre os riscos. A execução dos controles internos é realizada pelas unidades executoras, enquanto o gerenciamento e monitoramento são feitos pelas unidades gestoras de processos;

**1.2. 2ª Linha de defesa** - realizada pelos gestores corporativos de gestão de riscos, de conformidade ou de outras práticas de controle e que contempla as funções que monitoram a visão integrada de riscos e de conformidade. A função de conformidade (*compliance*) é coordenada pelo Ambiente de Controles Internos; e

**1.3. 3ª Linha de defesa** - realizada pela auditoria interna: fornece avaliações independentes por meio do acompanhamento dos controles internos. O Sistema de Controles Internos é avaliado no Banco do Nordeste pela Auditoria Interna.

As políticas de gerenciamento de riscos do Banco do Nordeste destinam-se a orientar a gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais, por meio do estabelecimento de regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores. A sistematização da gestão de risco fundamenta-se no uso de metodologias definidas e documentadas, passíveis de serem testadas quanto à consistência, confiabilidade e transparência dos resultados. Os processos de gestão são monitorados continuamente e revisados periodicamente.

A Estrutura de Governança do BNB é também constituída por políticas, procedimentos e práticas elaboradas para assegurar a mitigação dos riscos dentro de um nível razoável de segurança para o alcance dos objetivos organizacionais.

O BNB mantém ainda instrumentos de gestão que visam evitar possíveis situações que possam caracterizar conflitos de interesses, bem como promover a segregação de atividades, dentre as quais se destacam: estrutura organizacional; arquitetura de gestão dos processos; estrutura de colegiados; alçadas administrativas e operacionais e especificação dos papéis dos gestores, coordenadores, técnicos e consultores. A segregação de funções é aplicada a diversas outras atividades, com o intuito de atender aos princípios e boas práticas de governança corporativa e às exigências da regulação, sem prejuízo da integração dos processos.

Nesse sentido, avaliamos que a estrutura de governança do Banco do Nordeste é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição, contemplando, inclusive, boas práticas e requisitos de governança corporativa adotados pelo mercado e indicados por órgãos reguladores e fiscalizadores do Banco.

### **Camed - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste**

Em cumprimento ao disposto na Resolução nº 22, de 18 de janeiro de 2018, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societária da União – CGPAR, considerando a responsabilidade suplementar de supervisão e fiscalização do patrocinador estatal em relação aos planos de benefícios de assistência à saúde, na modalidade autogestão, o Banco do Nordeste do Brasil, com base nas avaliações realizadas pelas áreas internas, entende que as práticas adotadas estão aderentes às determinações legais vigentes.

## **10 DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

A remuneração dos membros dos órgãos de Administração do BNB é fixada anualmente em Assembleia Geral Ordinária – AGO e regulamentada tendo por base o Estatuto Social do Banco do Nordeste (art. 19), a Lei nº 6.404/76 e a Resolução CMN nº 3.921/10. Objetiva remunerar adequadamente os administradores, de forma compatível com o seu mercado e com as disponibilidades da empresa, observando os limites fixados pelo Órgão controlador. A remuneração total engloba remuneração fixa, remuneração variável e benefícios. O Programa de Remuneração Variável Anual (RVA) do Banco corresponde à parcela da remuneração variável e sua distribuição obedece ao alcance de metas corporativas, individuais e por Diretoria específica. Informações mais detalhadas sobre a política de remuneração dos administradores podem ser consultadas na Seção 13 do Formulário de Referência do Banco do Nordeste.

## **MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração do BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2017, em conformidade com o inciso I do art. 8º da Lei nº 13.303/2016.

Em 04 de junho de 2018.

---

**JEFERSON LUIS BITTENCOURT**  
**Presidente**

---

ROMILDO CARNEIRO ROLIM

---

RICARDO SORIANO DE ALENCAR

---

JÚLIO ALEXANDRE MENEZES DA SILVA

---

JOSÉ LUCENILDO PARENTE PIMENTEL

---

ALAN GUTIERRI BRASILIANO DE SOUSA